

A HORA E A VEZ

Luiz Carlos Bresser Pereira
(*Folha de S. Paulo*, 27/7/93)

Abstract: Fernando Henrique Cardoso e sua equipe estão enfrentando sua primeira crise. Haviam pensado em um cronograma para a estabilização, que começaria pelo ajuste fiscal ora em curso, seria seguido pela revisão constitucional e a reforma tributária, no segundo semestre, e se completaria no início do próximo ano com o plano de estabilização propriamente dito. Agora, com a crise provocada pelo lei de correção salarial, seguida pela decisão do presidente de iniciar um processo de acordo social permanente entre empresários e trabalhadores, este cronograma estaria sendo atropelado, causando visível irritação, menos no ministro e mais nos membros de sua equipe. Talvez, entretanto, essa possa ser a oportunidade de afinal se celebrar um acordo social sobre a única coisa sobre a qual vale a pena um acordo no Brasil: o fim da inflação

Fernando Henrique Cardoso e sua equipe estão enfrentando sua primeira crise. Haviam pensado em um cronograma para a estabilização, que começaria pelo ajuste fiscal ora em curso, seria seguido pela revisão constitucional e a reforma tributária, no segundo semestre, e se completaria no início do próximo ano com o plano de estabilização propriamente dito. Agora, com a crise provocada pelo lei de correção salarial, seguida pela decisão do presidente de iniciar um processo de acordo social permanente entre empresários e trabalhadores, este cronograma estaria sendo atropelado, causando visível irritação, menos no ministro e mais nos membros de sua equipe. Talvez, entretanto, essa possa ser a oportunidade de afinal se celebrar um acordo social sobre a única coisa sobre a qual vale a pena um acordo no Brasil: o fim da inflação.

Nestes primeiros dois meses de administração Fernando Henrique, com sua atitude a favor da verdade e da transparência, conseguiu uma coisa extraordinária. A ilusão de que a hiperinflação indexada existente no Brasil poderia ser controlada gradualmente desapareceu, e com isso emergiu com toda força a expectativa senão o desejo da sociedade de que sejam tomadas medidas mais fortes e radicais no sentido da estabilização. Desde o fracasso do Plano Collor I até a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda formara-se na sociedade um sentimento profundamente contrário a qualquer novo choque. "Cinco choques já falharam no passado", afirmava-se, "não é razoável falar em novo plano contra a inflação", acrescentava-se, esquecendo-se que, desde que a crise brasileira começou, em 1979, sete outros planos gradualistas de estabilização foram tentados sem êxito. Através dessa atitude, entretanto, a sociedade reafirmava sua ansiedade, seu sentimento

de traumatismo mesmo, diante da violência de alguns dos choques, principalmente do Plano Collor I, e diante da frustração nacional que outros planos, principalmente o Cruzado, haviam causado. Essa ilusão gradualista chegou ao auge com o Plano Eliseu, que "compatibilizaria crescimento com inflação". Uma ilusão que se transformava em uma censura branca sobre os muito poucos que tinham a ousadia de falar em choque. "Não fale sobre esse assunto", diziam aos ousados seus melhores amigos. "Isto o desmoraliza, ninguém quer ouvir falar em choques. Pode até ser que você esteja certo, mas 'choque' virou palavra feia neste país".

Fernando Henrique, ao chegar ao Ministério da Fazenda, sabia muito bem disto. Não afirmou em momento algum que faria um choque. Começou pelo mais importante: o início do ajuste fiscal. Estava, assim, pondo um mínimo de ordem na casa. E o trabalho que já realizou nessa área é admirável, embora necessariamente limitado. Mas deixou claro que apenas o ajuste fiscal não seria suficiente. Que a inflação não cairia em seguida, por obra e graça do Espírito Santo. Que novas medidas seriam oportunamente necessárias.

Ao que tudo indica sua equipe imaginava que o momento oportuno para o ataque frontal à inflação seria o início do próximo ano, mas observa-se, da parte da sociedade, uma demanda cada vez maior por medidas mais decididas e imediatas contra a inflação. A *Carta Política*, que publica regularmente a opinião das elites, mostrou recentemente que a expectativa de um choque mais do que dobrou nos últimos dois meses. Os jornalistas, que são um excelente termômetro da sociedade, há alguns meses perguntavam-me: "O senhor ainda insiste em choque?" Agora a pergunta é diferente: "Mas, professor, existe alguma alternativa ao choque?"

Os analistas também se impacientam. Fernando Pedreira sugere que Fernando Henrique está se esquecendo dos ensinamentos de Maquiavel, imaginando que seja possível converter a sociedade aos bons costumes contra a inflação. Rüdiger Dornbusch excede-se ao declarar que Fernando Henrique já fracassou. Como se não lhe sobrasse mais tempo. E um número crescente de pessoas preocupa-se com o problema do "timing". As perguntas se sucedem: "Não estaria escapando a Fernando Henrique a oportunidade? Não estaria ele já começando a desgastar-se?"

Ainda há tempo para Fernando Henrique. Ainda há tempo para o Brasil, porque se o ministro fracassar, não sei o que será do país. É sabido que ele é a última esperança do governo Itamar. Se falhar viveremos um ano de caos em meio a uma campanha eleitoral. Há tempo, mas o tempo não é muito.

A decisão do governo de patrocinar um acordo social, ao invés de um mal, talvez seja a oportunidade necessária. No México e Israel, onde a inflação terminou de forma ordenada, a estabilização só foi possível quando empresários e trabalhadores sentaram-se com o governo e aprovaram seu plano de estabilização. Para isto é necessário que haja um plano, e que esse plano contenha uma clara política de rendas, dizendo em que nível deverão ficar os salários reais e os preços nominais. Como as resistências à palavra congelamento continuam elevadas, o governo poderá, inicialmente, falar em "prefixação", que não é outra coisa senão um congelamento gradual. E falar também em "âncora cambial", em independência do Banco Central via medida provisória, e em um grande acordo com o FMI e os Estados Unidos, além, naturalmente, de medidas adicionais de ajustamento fiscal e de apressamento da privatização. Mas, depois de algumas reuniões, que deveriam ser fechadas e limitadas a um número certo de empresários e líderes sindicais, começaria a ficar evidente que a âncora cambial ou a dolarização à Argentina é incompatível com a prefixação gradual. Que não há outra alternativa senão compatibilizar a dolarização - que pode ser mais flexível que a Argentina, permitindo ao novo cruzeiro flutuar dentro de uma faixa - com a prefixação em uma única vez, ou seja com um rapidíssimo congelamento.

Esta é a hora e a vez de Fernando Henrique Cardoso. O momento é difícil. A confusão no país é enorme. Imagino que a situação não seja diferente dentro de sua equipe. Quando a crise é grande, cada cabeça é uma sentença. Só um líder com a mente clara e a vontade firme resolverá esse problema. Fernando Henrique tem tudo para ser essa pessoa. Habilidade, coragem, inteligência, conhecimento da inflação e dos problemas brasileiros.

As medidas de médio prazo incluídas no plano deverão ser decisivas. Deverão partir do fato de que o Estado brasileiro está falido, e que a condição da estabilização é a sua recuperação financeira. Deverão partir do pressuposto de que a situação é muito grave, não permitindo poupar ninguém. Que a principal função da privatização é garantir a redução da dívida mobiliária interna, por isso não podendo ser admitidas moedas podres; as dívidas relativas a elas deverão ser consolidadas a longo prazo. Deverão deixar claro que o ajuste fiscal, após a adoção da convertibilidade, deverá ser rígido, dentro da regra de que a única emissão legítima será aquela destinada a comprar reservas internacionais. Deverão anunciar que, através da revisão constitucional, serão assegurados os recursos tributários necessários, ao

mesmo tempo que o governo continua a aprofundar a campanha contra a sonegação fiscal.

O objetivo será uma inflação inferior a 20 por cento no primeiro ano. Objetivo viável, já que a economia e a sociedade brasileiras estão preparadas para isto. E seu custo será zero ou mesmo negativo. Porque, apesar do aperto fiscal, não haverá recessão. Pelo contrário, em pouco tempo assistiremos à retomada do desenvolvimento, como aconteceu na Argentina. O que não significa que teremos resolvidos nossos problemas. Mas, simplesmente, que agora o Brasil enfrentará problemas civilizados, semelhantes aos que uma sociedade civilizada normalmente enfrenta, ao invés de enfrentar a hiperinflação indexada brasileira, que é sinônimo de barbárie.